

Putas, travesti e brasileira: traduções (im)possíveis nos trânsitos econômico-afetivo-sexuais entre Brasil e Itália¹

tita - Letizia Patriarca (USP-UNIBO)

Resumo: Neste paper adentro as especificidades da realização do trabalho sexual na cidade de Bolonha (Itália), para propor um debate metodológico sobre as (im)possibilidades de tradução de contextos em termos de trabalho sexual. Elaboro minha inserção etnográfica e ativista no contexto italiano, desde a pandemia, e junto ao MIT – Movimento Identità Trans – para acessar como se configuram diversamente marcadores sociais da diferença. Se uma identidade ou um corpo não é compreendido nos termos em que se propõe ou é filtrado pela terminologia local de outra forma, que efeitos isso produz? O que se perde nesta tradução? Sugiro que a terminologia desvela justamente enquadramentos locais dos fenômenos, tornando sua tradução parte da análise etnográfica, de caráter necessariamente político e epistemológico.

Palavras-chave: Tradução; Metodologia Antropológica; Marcadores Sociais da Diferença

- *Pronto, sono Francesca e lavoro al MIT, Movimento Identità Trans, di Bologna. Siamo un'associazione che si occupa dela salute delle sex worker. Lo conosci?*
- *No.*
- *Ti chiamiamo per sapere se hai bisogno di visite mediche o consulenze legali gratuite.*
- *No, grazie...*
- *Scusami, ma sei brasiliana?*
- *Sì.*
- *Abbiamo una mediatrice, vuoi parlare in portoghese?*
- *Va bene.²*
- *Oi mulher, tudo bem? Eu também sou brasileira e colaboro aqui no MIT, como você está? Está em Bologna?*
- *Estou em Bolonha, mas de passagem. Faz muitos anos que venho aqui e conheço tudo, já ouvi falar da Ong.*
- *Ah, ótimo, então aqui temos alguns serviços se você precisar, que também incluem retirar camisinhas e cesta básica, é só marcar de vir aqui na sede, no centro. Se precisar dos documentos também podemos ajeitar.*
- *Não, obrigada, já estou indo embora, mas conheço muito e tenho tudo. Há muitos anos venho para trabalhar e todos na farmácia me conhecem, então já sei como pegar hormônio.*
- *Entendi, ta bom. Mas olha, se precisar, vou te mandar o endereço e anota esse número. Se precisar retirar camisinha de graça, como se fosse no Brasil, só vir aqui na Ong que tem...*
- *Obrigada, é mesmo, pode ser útil, vou anotar.*

¹ Trabalho apresentado na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro 2022

² *Alô, sou a Francesca e trabalho no MIT Movimento Identità Trans, de Bolonha. Somos uma Ong que trabalha com a saúde das trabalhadoras sexuais. Você conhece? /- Não / Estamos te ligando para saber se você precisa de consultas médicas ou atendimentos legais gratuitos / - Não, obrigada. / Desculpa, mas você é brasileira? / - Sim / Temos uma tradutora, quer falar em português? / - Ta bom.*

Esta conversa foi realizada por telefone, mais ou menos dessa forma, com a primeira parte falada em língua italiana, passando depois para o português. A ligação foi iniciada pela “operatrice sociale” italiana com uma brasileira que realiza trabalho sexual e seguiu para minha mediação. Estava em jogo mais do que a tradução linguística, era uma primeira abordagem, por ligação telefônica, para oferecer serviços às “sex worker” “trans” da região metropolitana de Bolonha.

As ligações são realizadas como parte de um projeto que é parceria da Prefeitura de Bolonha com o MIT “Movimento Identità Trans”. Como apresentada na ligação, é uma Ong que se consolidou em 1988, representando a primeira instituição oficialmente reconhecida, fundada por e para pessoas trans da Itália. Dentre tantos serviços, tem o programa Via Luna³, descrito em seu site como: “progetto di riduzione del danno per chi esercita sex work”, ou seja, *projeto de redução de danos para quem exerce o trabalho sexual*.

Na ligação e nessa minha inicial descrição já fica evidente que o termo “sex work”, migrado da língua inglesa, é um termo utilizado e bastante incorporado também na língua italiana. Eu poderia ter simplesmente traduzido “sex work” como *trabalho sexual*, já que é um termo que também possui uma especificidade e circulação limitada para o debate brasileiro sobre prostituição. Mas meu interesse etnográfico está justamente em evidenciar os trânsitos dos termos, para daí acessar e compreender como se enquadra o trabalho sexual realizado diversamente no contexto brasileiro e italiano.

Portanto, neste paper, a partir dessa e de outras frases que trarei na língua de partida, em italiano, abordo um debate metodológico sobre as (im)possibilidades de tradução de contextos, evidenciando quais são os elementos que se articulam nesse processo etnográfico em constante construção. O objetivo passa a ser analisar como circulam os termos, como descrevem fenômenos e se conectam com os contextos nos quais se inserem. Dessa forma, proponho uma inversão de planos: o trabalho sexual será abordado, mas os objetivos e o campo são o próprio processo de tradução dos contextos, bem como as (im)possibilidades de quem o efetiva.

Nesse sentido, recursos como o uso do itálico e das aspas entram aqui como ferramentas fundamentais para a discussão metodológica sobre políticas de tradução, portanto sua explicitação não vai para nota de rodapé como de costume. Procuro utilizar diversas categorias estilísticas para denotar usos distintos dos termos, que como exercício

³ Disponível em italiano em: <https://mit-italia.it/servizi/via-luna/>. Acessado em 25 de agosto de 2022.

proponho dividir em três níveis. Independente da língua original, quero pensar nos termos como: aqueles usados corriqueiramente no contexto italiano que são em língua italiana e também em língua inglesa (como “*lavoratrice del sesso*”, “*crowdfunding*”); aqueles em língua portuguesa traduzidos diretamente de uma expressão ou frase em italiano (como *trabalhadora sexual*); e aqueles cuja tradução exige uma adaptação e contextualização, sem uma palavra diretamente correspondente na outra língua (como exemplo: “*travesti*”, “*puta*”, “*mediatrice linguistico-culturale*”, “*sex work*”, “*unità di strada*”, “*queer*” e “*indoor*”).

Assim, de partida também fica evidente minha presença na elaboração etnográfica, seja pela minha atuação junto ao MIT, seja selecionando quais são os termos que seriam compreensíveis para quem possivelmente me lê. Portanto, ao longo deste paper tateio o enquadramento do trabalho sexual no contexto italiano, entrelaçado com minha experiência de vivência, ativismo e trabalho. Perpasso o lançamento do “*crowdfunding*” “*Nessuna da Sola / Nenhuma Sozinha*”, que foi impulsionada pelo MIT e outras organizações durante a pandemia de covid-19, bem como explicito dados do relatório resultante desta campanha⁴. Abordo assim minha inesperada fixação no território italiano, que mudou os objetivos da tese em andamento e vai ganhando contornos de mediação e tradução de contextos, para propor discussões metodológicas sobre terminologia. Evidencio minha trajetória “entre dois mundos” (ANZALDÚA, 1987), pois é justamente por essa circulação e reconhecimento entre esses contextos culturais que consigo propor uma discussão mais detida sobre o processo político de tradução de mundos.

Dessa forma, a tradução deixa de ser entendida como um ponto de partida da análise etnográfica, mas passa a ser o próprio processo político de análise; mais do que uma questão linguística, se trata de como acessar – ou não ou acessar em partes - os contextos culturais nos quais os termos circulam. Argumento então que a tradução é um processo que pode fazer parte do próprio trabalho etnográfico e assume seu caráter fundamentalmente político, quando se entendem as dinâmicas desiguais dos locais de produção e igualmente os corpos de quem opera as traduções e mediações entre os mundos (SPIVAK, 1993).

⁴ Documento em italiano disponível em: <http://www.centrodonnagiustizia.it/covid19-nessuna-da-sola-solidarieta-immediata-alle-lavoratrici-sessuali-piu-colpite-dallemergenza-report-crowdfunding/>. Acessado em 25 de agosto de 2022.

“Marcadores sociais da diferença” como traduzir?

Voltando à conversa telefônica, Francesca foi um nome típico italiano que busquei dar à figura dessa mulher cis e branca – apesar de ser “*racializada*” por ser da região sul italiana. Da outra pessoa, de quem só pude ouvir a voz na ligação, eu não saberia dizer como se identifica em termos de raça e gênero, porque seu número foi coletado de um anúncio em sites para trabalho (sexual). Dessa forma pretendo dialogar com uma discussão sobre a identificação e abordagem etnográfica de marcadores sociais da diferença, bem como situar o caráter “*indoor*” da prostituição no contexto italiano.

Parte do projeto de redução de danos do MIT é realizada por meio de triagem de anúncios online junto à chamada prostituição “*indoor*”, que é majoritária no contexto italiano, sendo realizada em casas de massagens ou em apartamentos; não nas ruas. De acordo com dados sistematizados pela campanha “*Nessuna da Sola*”, mais da metade das “*sex worker*” não trabalha nas ruas, sendo 63% composta por “mulheres cis” e 35% por “mulheres trans”. A maior parte é migrante da América do Sul (com primeiro Brasil, logo seguido pelo Peru), dentre essas, 57% não possui documentos regulares (na ausência da cidadania, não possuem visto de permanência ou asilo político).

Isto representa uma significativa diferença para o contexto brasileiro, cuja bibliografia socioantropológica costuma apontar para os efeitos de violência e repressão policial para profissionais do sexo autóctones e nas ruas. Há um caráter cada vez mais nomeado como “*necropolítico*”, de governabilidade e produção de morte pautada por uma lógica racial que exclui sistematicamente mulheres cis (SANTOS et al, 2021), “*travestis*” e mulheres trans (CAVALCANTI et al, 2021). Já o fato que existam projetos institucionalizados que cuidem do “*indoor*” está ligado à forma como foi e é enquadrado o trabalho sexual no contexto italiano, desde os anos 80 muito dominado por migrantes (SERUGHETTI, 2013: 38).

Busco então compreender como se dão esses enquadramentos do trabalho sexual no contexto brasileiro e italiano, entendendo-os como “modos culturais de regular as disposições afetivas e éticas por meio de um enquadramento seletivo e diferenciado da violência” (BUTLER, 2015: 13). Sugiro então que a terminologia adotada localmente desvela justamente estes enquadramentos e traçar as possibilidades de existência perpassa também por nomeá-las ou ignorar suas autodeterminações.

Dessa forma, a incompreensão cultural de corpos e categorias identitárias autoafirmadas - como é o caso de “*travesti*” - é frutífera para análise etnográfica e

interseccional. No processo de tradução do italiano para o português, as experiências das brasileiras são sempre como “trans”, mesmo que se identifiquem como “*travestis*”, pois é um termo sem tradução. Pelas conversas com as poucas brasileiras que conheci até agora ou não surgiu a importância da diversa terminologia, ou simplesmente agenciavam “*travesti lá, transessuale aqui*”. Ou ainda, para aquelas que estão vivendo continuamente e há mais tempo no contexto italiano, o termo “*travesti*” não representava tanto como agora no contexto brasileiro⁵.

Sugiro também que existem articulações específicas do contexto brasileiro que possibilitam as vivências “*travestis*” e de mulheres trans, diversamente reconhecidas e autoafirmadas. Tal diferença é incompreensível sempre que apresento minha pesquisa do contexto brasileiro ou busco explicar a autoidentificação “*travesti*”. Há uma forma colonial de pensar e enquadrar as vivências de gênero e sexualidade que não compreende as variações identitárias autoafirmadas, ou melhor, as escuta, mas não as reconhece. Isto ficou evidente quando apresentei diante de um grupo de pesquisadoras e ativistas, com debates de anos sobre trabalho sexual. Não entendiam como as legislações e políticas brasileiras podiam respeitar duas identidades que se diferenciavam “somente” pela autoidentificação. Em seus trabalhos há uma tímida e recente inclusão das “trans” que realizam programas, mas que a maior parte seja brasileira e se identifique como “*travesti*” raramente ganha mais que uma nota de rodapé⁶.

Outra terminologia que encontra dificuldades para tradução é o próprio marcador de “raça”, que raramente é assim nomeado no contexto italiano. O debate brasileiro que há décadas reconhece a autodeterminação de raça não encontra correspondente nem em termos de autodeterminação, nem na terminologia. Exemplar disso é que as perguntas no censo italiano não incluem autoidentificação de raça e nem de religião – embora possuam uma ampla sessão acerca de cidadania e nacionalidade⁷.

Etnografar como os próprios *marcadores sociais da diferença* são enquadrados exige uma compreensão de que alguns se articulam de forma mais visível e nomeada e

⁵ Por exemplo, ganhando visibilidade epistemológica (FAVERO, 2020) e mainstream, por exemplo com a participação de Linn da Quebrada no reality show Big Brother Brasil em 2022 - debate que aprofundo na tese em andamento.

⁶ Os trabalhos da socióloga Emanuela Abbatecola (2018a e 2018b) têm mantido a identificação travesti, pautando tráfico e exploração das brasileiras nos mercados do sexo italiano – outra discussão terminológica com consequências diretas nas políticas italianas e europeias que aprofundo na tese. Já a antropóloga Carolina Vesce discute em seus trabalhos a figura especificamente de Napoli, de “*femminielli*”, chegando a aproximá-la das “*travestis*” brasileiras e “*hijiras*” indianas, como vivências autoafirmadas e locais que expandem o binarismo de gênero imposto (VESCE&GRILLI, 2019: 172).

⁷ Ver o questionário do censo realizado em 2021: https://astat.provincia.bz.it/downloads/Questionario_lista-italiano-2021.pdf. Acessado em 25 de agosto 2022.

outros são perceptíveis por meio de diversos elementos diversamente – como a fala, o sotaque, a língua. Estes elementos são também, mas diversamente, visíveis, nomeados e perceptíveis, constituindo marcações fundamentais para compreender noções de raça e processos de racialização no contexto italiano. Por conta do passado fascista e de uma culpa cristã muito territorialmente próxima ao Vaticano o termo “*razza*” não é comumente acionado.

Já “*race*” está presente em textos e eventos acadêmicos, até pela comunicação com outros países da União Europeia, dentre os quais há grande trânsito de pessoas e terminologia. Acadêmicas como Angelica Pesarini (2020) estão propondo a utilização do termo raça e mais ainda, racialização, justamente alegando sua importação do inglês. Pesarini argumenta que evitar o termo não extingue a desigualdade racial sentida por inúmeras pessoas, sobretudo aquelas migrantes e aquelas que não possuem a cidadania italiana, mesmo fixadas no território italiano.

Fator de exclusão social, de não acesso a benefícios do governo, a cidadania italiana é baseada na descendência e não no nascimento no território. Portanto, há milhares de pessoas que nasceram e vivem no contexto italiano, chamadas também de “segunda geração”, que por ter pais que vieram de outras nações, não têm direito à cidadania, ao voto e ao reconhecimento como cidadãos italianos (deixo no masculino propositadamente). Dessa forma, pensar racismo italiano está relacionado ao passado colonial, ao histórico de migrações, inicialmente da e posteriormente para a nação italiana e à construção nacional elaborada durante o regime “*fascista*” (PESARINI&TINTORI, 2020). Cabe notar que a conotação fascista no contexto italiano também possui outra materialidade, sendo rememorada corporalmente por descendentes de “*partigiani*” que lutaram contra tal regime.

Pandemia e Metodologias possíveis

Em outros momentos eu já discuti metodologias por entender que as escolhas da escrita etnográfica constituem uma preocupação ética e política na abordagem de práticas da prostituição que são criminalizadas (PATRIARCA, 2019). Há responsabilidade com o que escrevo, porque há consequências para as pessoas e para o desenvolvimento das políticas que as envolvem. Mas com a pandemia tudo tem me parecido que parte e depende de discussões metodológicas. A produção etnográfica está condicionada às possibilidades materiais da produção acadêmica, das circulações e relações que se

estabelecem, quaisquer sejam os corpos que as efetivam (NASCIMENTO, 2019). Adiante busco explicitar como a discussão metodológica está necessariamente imbricada com o que se quer e o que se consegue trazer etnograficamente - e para meu interesse etnográfico o processo de tradução de mundos se tornou central.

No contexto italiano, também foram ativadas estratégias coletivas para dar *suporte* material e econômico a “sex workers” durante o que foi chamada localmente de “*primeira onda*” da pandemia de covid-19. A campanha “*Nessuna da Sola*” foi ativada nos meses de março e abril de 2020, em decorrência do famigerado DPCM da noite de 8 de março de 2020, que instituiu o lockdown completo⁸. DPCM é sigla jurídica que viria a ser familiar a mim e a muita gente que vivia na Itália, mas que nunca pensou ou teve vontade de incorporar tal jargão nas trocas diárias.

A tradução de DPCM – “Decreto del Presidente del Consiglio dei Ministri” – também é um exemplo de processo político tradutório que exige mais do que uma busca por termos correspondentes. Diferente do ordenamento político presidencialista brasileiro, o Primeiro Ministro italiano é a figura governamental com maior poder executivo. É um termo que traduzido não nos conduz diretamente à experiência política concreta que temos no contexto brasileiro. A tradução mais literal remeteria a *Presidente do Conselho* e não a *Primeiro Ministro*. Há efeitos diversos nesta escolha tradutória? Qual escolha torna mais evidente que é uma figura central do sistema político local? Quanto é necessário contextualizar? Quanto texto etnográfico cabe dedicar ao comentário sobre o processo de tradução de cada elemento no diálogo entre contextos?

No caso italiano, a pandemia teve contornos evidentemente centralizados, institucionalizados, regulatórios e personalizados no então Primeiro Ministro, Giuseppe Conte. Desde esse 08 de março se seguiram inúmeros outros DPCM, com medidas e restrições que atualizavam as práticas e os trânsitos permitidos às pessoas entre as regiões italianas. Um intrincado sistema estabelecia cores para os estados - vermelha, laranja ou amarela. De acordo com os números de casos, contágios e grau de transmissão, se determinava a gravidade da situação e com base nas cores a circulação era mais ou menos limitada. Independentemente da cor, havia controle policial nas ruas, se você não tivesse um motivo válido para sair de casa (que incluía trabalho e questões médicas) havia sanções, com multas e até reclusão em cárcere. A circulação nas ruas estava, portanto, controladamente proibida neste primeiro momento. O que afetava diretamente as pessoas

⁸ Decreto consultável em italiano: <https://www.gazzettaufficiale.it/eli/id/2020/03/08/20A01522/sg>. Acessado em 25 de agosto de 2022.

que realizam trabalho sexual, por não ser regulamentado como tal. Fora que elas próprias não podiam estar na rua, como o caso de uma sex worker que efetivamente levou uma multa, e os clientes, esses sim, não se atreviam a sair de casa.

À diferença do contexto brasileiro, havia então um governo que centralizava as medidas e informações, tanto que as maiores críticas eram ao elevado número de DPCM – que por isso mesmo eram por vezes confusas e contraditórias. Este primeiro DPCM de 08 de março seguiu um Decreto de Lei n.6⁹, este sim outorgado pelo presidente da República. “*Medidas urgentes em matéria de contenção e gestão da emergência epidemiológica de COVID-19*” foi publicado em 23 de fevereiro de 2020, fechando escolas e universidades, incluindo a Universidade de Bolonha – para qual eu havia chegado em 18 de fevereiro.

A ideia era simples: consegui resposta da professora Rossella Selmini e um aval de 3 meses de estudo e pesquisa como “Visiting PhD” na Università di Bologna. Como realizei doutorado em Antropologia Social na USP, desde 2017 sem bolsa, todos os arranjos sempre flertam com a formalidade e o reconhecimento institucional, mas dependem quase que exclusivamente das condições materiais que consigo acessar onde quer que eu esteja. Eu não tinha nenhuma vontade especial de pesquisar fora do contexto brasileiro, muito menos em um país europeu, mas devido ao meu conhecimento da língua e da valiosa cidadania italiana passada pela minha mãe, decidi me candidatar ao edital de bolsa sanduíche. Escolhi o contexto italiano, iria “entrando em campo” enquanto havia esperança de uma bolsa para pesquisar fora, já que não conseguia recursos brasileiros.

As perguntas que levava inicialmente também pareciam simples: como se dão processos de criminalização das vidas “*travestis*” como consequência da (não) regulamentação do trabalho sexual? Quais elementos e marcadores sociais da diferença se articulam nessa mobilidade que é tão buscada entre Brasil e Itália? As produções de Larissa Pelúcio (2005a e 2005b), Flavia do Bonsucesso Teixeira (2008) também com Adriana Piscitelli (PISCITELLI&TEIXEIRA, 2010) refletem a vontade de *ser europeia* e o efetivo fluxo entre Brasil e Itália especificamente para “*travestis*” e mulheres trans, não para mulheres cis, nos mercados do sexo.

Mas como costuma acontecer com a prática etnográfica, o desenrolar do trabalho e das relações em campo, além do imponderável da pandemia de covid-19, implodiram suposições e trouxeram outros objetivos. No ápice da pandemia não pude voltar, os voos

⁹ Decreto consultável em italiano: <https://www.gazzettaufficiale.it/eli/id/2020/02/23/20G00020/sg>
Acessado em 25 de agosto de 2022.

sumiam e tive que ficar mais 3 meses até entender mais ou menos o que acontecia. Os editais de bolsa sanduíche também foram cancelados e fui ficando. Fundamental para isso, além da cidadania italiana, é que me reconhecem com uma aparência branca italiana, me escutam de primeira como se italiano fosse minha primeira língua. Só depois de algumas frases entendem que não compartilho plenamente dessa vivência italiana e me dizem o que lhes parece ser elogio e eu sinto somente como afirmações coloniais: “*mas você fala tão bem, não parece*” ou até comentários mais diretamente racistas “*mas como? você é branca!*”.

Incômodos constantes, sentimento de não pertencimento, solidão e muita raiva – para mim a pandemia teve esses atributos, profundamente egocentros e aliados a uma gigantesca negação, única possibilidade de sobreviver em um contexto novo distante de todes e tudo que também ruía. Talvez não funcione, mas vou tentando transformar esse emaranhado de sensações que me paralisaram em discussões metodológicas acerca das possibilidades de diálogo entre os contextos.

Aos trancos fui me inserindo nas realidades ativistas “*queer*” e de trabalhadoras sexuais na cidade de Bolonha, até que na metade de 2021 consegui um emprego em loja. Passados quase dois anos de negação, Silvana de Souza Nascimento, que gosta de dizer que me (des)orienta, sugeriu que a tese virasse uma espécie de comparação, de diálogo entre contextos. Logo me lembrei do que lia na graduação, sobre antropólogos clássicos e me intrigava entender como tinham chegado a comparar contextos tão diversos. Mesmo partindo da observação de um fenômeno, o método comparativo sempre me pareceu uma ilusão de controle colonial, distante demais do chão do trabalho etnográfico – sobretudo do que eu fazia desde 2013 junto às profissionais do sexo em Campinas (SP). Mas e se do contexto brasileiro eu passasse a descrever o italiano como um todo coerente, essa inversão também faria sentido? Afinal, a diferença populacional e de extensão territorial é sentida diariamente e se reflete também na oferta e cobertura de serviços de assistência social. Mas qual a relevância de descrever para o contexto brasileiro o que se passava tão distante?

Por conta da minha inserção e sobretudo pelo reconhecimento desta no contexto italiano foi aumentando a dificuldade de escrever algo, justamente pela diversidade dos contextos. À pedido da orientadora na Itália eu tinha que retrazar uma estrutura de tese, comentando a organização dos capítulos. Por qual língua começar? Decidi pela que me parecia mais difícil, a italiana, para depois facilmente traduzir para o português. Já na segunda palavra escrita em português, a própria estrutura foi ganhando outra forma, eram

outras discussões, queria criticar outras coisas, escorria outra inventividade e fluidez. Se por um lado deve-se ao fato que domino mais a língua portuguesa – embora eu tenha sido alfabetizada nas duas línguas e estudado em uma escola particular bilíngue de São Paulo -, por outro, também diz respeito aos próprios contextos locais de produção acadêmica.

Sentindo então que são incomparáveis, busco pinçar um objetivo e a partir dele fazer referência a desenvolvimentos histórico-político e sociais diversos. Me pergunto qual contribuição é possível a partir, não da comparação, mas do contraste dos contextos. Se a escolha do que colocar na escrita faz parte do debate etnográfico, como fazê-la quando o trânsito consiste em contextos culturais vestidos de nações desiguais?

Gloria Anzaldúa (1987) quando declarava seu trânsito constante, simultâneo e ambivalente não falava de fronteiras materiais, embora partisse do território mexicano e estadunidense entrelaçados. Da mesma forma, pretendo então falar dessa fronteira entre Brasil e Itália, que não é um atravessamento de confins marcados no território e mesmo assim possui atravessamentos diretos. O constante movimento entre estes lugares, apesar das dificuldades de deslocamento físicas, evidencia que não há necessidade do território.

Neste paper e no doutorado, que afinal virou uma dupla titulação entre USP e Universidade de Bolonha, Itália e Brasil aparecem como se territorialmente vizinhas. Não por acaso marco os nomes das universidades e das cidades em maiúscula e dos países em minúscula. Pretendo argumentar em favor da materialidade e efetividade de lugares e instituições, necessariamente construídos por pessoas. Já o que costumeiramente chamamos de países, são nações cujo processo histórico-político-social desigual precisa ser evidenciado até que se esvaziem as diferenças.

Akhil Gupta e James Ferguson (2000[1992]) afirmam que o território não existe anteriormente à inscrição cultural que se faça sobre ele. São processos de construção conjunta, seja do território, seja da identidade cultural, que acabam moldando nossos discursos sobre Brasil e Itália, com letras maiúsculas. Portanto, ao longo desse trabalho opto por utilizar “contexto brasileiro” e “contexto italiano”, como forma de retirar a fixidez dos modos culturais do território e de contemplar as infinitas e diversas formas de configurar um contexto brasileiro ou italiano. Isso parte também de um reconhecimento de que sempre vivi em um contexto italiano no Brasil e agora um contexto brasileiro na Itália. Quanto mais repetir contextos, e menos os nomes com maiúsculas das nações, mais pretendo borrar e conectar os contextos.

Se por um lado busco borrar essas fronteiras, por outro, esbarro em limitações dos diálogos e traduções. Quanto essas limitações se tornam impossibilidades? Quais são os

elementos que dificultam as possibilidades de comunicação? Quais as possibilidades abertas nesse trânsito de terminologias, pessoas e discussões que carregam? Qual é o papel da pessoa que está realizando esses trânsitos?

Muito dessas perguntas foram suscitadas também pela minha atuação junto ao MIT, que teve muitas facetas - desde voluntariado até a recente colaboração na “*mediazione linguistico culturale*”. Como trouxe desde a ligação inicial, o trabalho de mediar é fundamental no contexto do terceiro setor italiano, constituindo uma figura profissional específica. Na esteira de debates acerca de políticas de integração de pessoas migrantes, essa profissão foi instituída pela lei n.40 de 1998, de forma a facilitar a relação entre migrantes e instituições públicas, melhorando o diálogo intercultural (QUASSOLI&Colombo, 2012: 79). Quem media costuma trabalhar com assistentes sociais, sob o título de “*operatore sociale*”, terminologia que nem sempre corresponde a *assistente social*, representando diversas figuras profissionais que trabalham no terceiro setor italiano e não possuem correspondente para o contexto brasileiro.

“Crowdfunding” e enquadramento italiano

O notável e proporcionalmente elevado terreno do terceiro setor em Bolonha também contribuiu para efetivar o já mencionado “crowdfunding”. A campanha “Nessuna da Sola” foi entendida como *instrumento indispensável para encarar o aumento de adversidades, pobreza, falta de direitos e benefícios e redes de suporte sociais*. Na justificativa desta coleta de fundos, havia a noção de que “sex workers” seriam a categoria mais vulnerável, mais atingida pela pandemia e pelas fortes restrições do governo local italiano. Não havia a possibilidade de acessarem benefícios estatais, diferentemente do contexto brasileiro, no qual o reconhecimento da categoria profissional do sexo pela CBO possibilitou - ainda que com limitações e muitas críticas – o acesso ao “*Auxílio Emergencial*”.

Sujeitos, grupos e instituições que já estavam em contato com trabalhadoras sexuais formularam então a campanha para dar suporte em todo território nacional. O objetivo era recolher fundos para as exigências manifestadas pelas sex worker, muitas das quais migrantes e sozinhas. Um grande número de pessoas que realizam as atividades na prostituição *de forma livre ou forçada se encontravam em condições de vulnerabilidade humana e social mesmo antes*. Mas o lockdown as levou a condições de pobreza extrema. Por vezes forçando-as a trabalhar nos mercados do sexo, de forma a quebrar as regras

legais, a ficarem expostas tanto às sanções penais como ao risco para sua própria saúde e saúde coletiva.

As necessidades, por ordem de prioridade eram: alimentos (maioria de 75%); medicamentos e produtos de higiene; ajuda para pagar as contas e ajuda para pagar aluguel. A meta da vaquinha era coletar idealmente 30.000 euros, sendo que foram recolhidos 24.162 euros e houve ajuda da rede europeia (ICRSE) em quase 4.000 euros. Sinalizo aqui a relevância da inserção da nação italiana na União Europeia – ainda que seja neste mesmo grupo encarada e colocada como uma potência menor do que outras, como Alemanha e França, por exemplo.

Atuaram conjuntamente *organizzazioni anti-tratta / organizações anti-exploração*, “*unità di strada*”, Ongs, coletivos de sex worker e pessoas aliadas, para arrecadar e entrar em contato com profissionais do sexo, mesmo com o rígido lockdown. Efetivavam ligações (como a inicial), passa-palavra entre pares e em menor número atendimentos via “*unità di strada*”. Estas consistem em incursões de tarde ou de noite com uma equipe, de pares ou não, que aborda as profissionais do sexo que trabalham nas ruas de algumas grandes cidades italianas. A frequência costuma ser semanal, mas depende dos fundos, editais locais e da gestão de cada organização que conduz estas incursões.

Na cidade de Bologna há atuação da Ong MIT e da Associação Papa Giovanni XXIII, expressamente católica e que atua com um viés mais assistencialista. Ambas efetivam o acompanhamento nas ruas das profissionais e fazem parte do projeto nacional “Oltre la Strada”. Instituído nacionalmente nos anos 90, tem o objetivo de acompanhar e dar suporte a profissionais do sexo, identificando e propondo alternativas em eventuais casos de exploração sexual. O projeto, portanto, reconhece a complexidade e diversidade do fenômeno, caracterizando os casos como prostituição voluntária ou forçada. Neste último caso, se for de interesse, há casas de acolhida (com endereço secreto) e programas que envolvem um percurso e um engajamento. É de se ressaltar o caráter de intervenção e ao mesmo tempo estudo, pois é por meio da rede “Oltre la Strada” que se realizam relatórios e se mapeia o fenômeno nas ruas.

As atividades de “*unità di strada*” também pararam durante os primeiros meses de lockdown, mas em julho de 2020 a nação italiana já se reabria. Sobretudo porque começavam a pensar nas férias, fundamentais para economia italiana, seja pela recepção massiva de turistas, seja por uma certa concepção de “meses de verão, período de férias” ser sagrada e tradicional para as pessoas italianas. Grupos de estudo, projetos sociais de

Ongs e estabelecimentos comerciais param e costumam voltar só em setembro¹⁰. Significativo sobre esse trânsito, ou debandada, sobretudo de famílias italianas bem estruturadas é o fato de que o trabalho sexual também se move. Do que acompanhei já em agosto de 2020, muitas profissionais do sexo vão para Rimini ou Ravenna, cidades de praia bem turísticas, há cerca de 90 km de Bologna, que lotam nas férias. Vão para trabalhar nessas cidades, já que os clientes são majoritariamente os maridos que vão para praia com suas famílias.

Os primeiros meses de pandemia me forçaram a realizar o começo do trabalho de campo dentro de um apartamento, assistindo o que havia de aulas online, encontros e tentando “achar o campo”. De perto e de dentro da minha casa fui acessando “o” campo. Assim como outras pessoas que iniciaram o trabalho de pesquisa com o início da pandemia, passou-se a considerar como “campo” mais elementos do que anteriormente. Contudo é importante separar essa adaptação de quem pesquisa e analisa com foco em plataformas digitais e ambiente virtual. Interações e análises discursivas em meio às plataformas não são centrais, mas entram nesta análise como formas de começar a apreender como eram abordadas as questões que eu buscava.

Já em junho de 2020 soube então da existência das “unità di strada” realizadas pelo MIT (que eu só viria a acessar em outubro de 2020) e por uma organização da Igreja Católica, chamada Albero di Cirene. Mande e-mail e carta assinada pela universidade italiana, tendo imediata resposta da Ong católica – surpreendente, uma vez que eu declarava meu interesse pelas “trabalhadoras sexuais”.

Dessa forma, o primeiro encontro em campo foi com a coordenadora do projeto “Non sei sola” / *Você não está sozinha*¹¹, que efetuava o que chamam de “unità di strada” nas ruas de Bolonha. Só recentemente descobri que não fazem parte do projeto “Oltre la Strada”, são autofinanciados e por isso efetivam intervenções sem nenhum alinhamento com outras organizações. Contam com muitos recursos financeiros e cerca de 60 pessoas voluntárias, conseguindo fazer até 4 incursões semanais na região de Bolonha - um número muito elevado para as proporções da cidade. A coordenadora me chamou para

¹⁰ Exemplar desse cultural hábito de férias é a atual eleição para o parlamento, que tem Giorgia Meloni, candidata reconhecida por falas fascistas como preferida. Em artigos é comum ler que é uma eleição sem precedentes não só por isso, como por se dar no momento de férias, portanto a campanha eleitoral em agosto, aliada ao voto não obrigatório, seriam fatores que deixariam pouco espaço para outra candidatura - ver por exemplo: <https://www.internazionale.it/magazine/michael-braun/2022/08/18/1-estate-sta-finendo>. Acessado 25 de agosto de 2022.

¹¹ Disponível em italiano em: <https://www.alberodicirene.org/progetti/nonseisola/>. Acessado em 25 de agosto de 2022.

conversar diretamente no local da Ong, atrás da igreja, e levou inúmeros livros, com títulos que explicitavam que prostituição é violência e exploração, jamais um trabalho.

Aos poucos fui descobrindo que parte dos voluntários do projeto, sobretudo os homens cis, moram nos dormitórios mantidos por outros projetos da igreja. Estes homens, como me explicaram, eram *fundamentais*, tanto para dirigir o furgão, quanto por representar *segurança* nas ruas em relação ao que consideram como *máfias*. Sobretudo a *nigeriana*, que junto com romenas representavam as nacionalidades majoritárias nas ruas de Bolonha, junto às trans de origem peruana. Curioso e irônico se pensarmos que o termo “máfia” foi originalmente utilizado para denotar organizações italianas.

A atuação dessa Ong católica está em sintonia com discursos e debates complexos em âmbito italiano e europeu que moldam uma continuidade entre “tratta / tráfico de pessoas” “sfruttamento / exploração” e “prostituzione”. Alguns trabalhos têm se esforçado para afastar esse pânico moral, abordando a exploração laboral (também do trabalho sexual) conectada aos casos – que são inclusive numericamente majoritários - de homens cis que migram de países do norte da África para trabalhar em condições precárias e mal remuneradas na agricultura italiana (ANDRIJASEVIC, 2021).

Em uma, das quatro noites que acompanhei esta Ong católica nas ruas, enquanto conversavam com uma mulher cis nigeriana, passaram 3 homens, possivelmente também nigerianos, que nos olharam definitivamente de forma a demarcar que não deveríamos estar ali. Coisa que não voltaria a ocorrer com “*unità di strada*” do MIT, que são realizadas entre pares e com respeito ao exercício do trabalho sexual. Com estas, não se desce do carro, se conversa rapidamente para checar como estão e são distribuídas camisinhas, já que são caras e não distribuídas gratuitamente no contexto italiano. Mas esse episódio remete ao fato de que a prática da organização católica era extremamente invasiva. Desciam do furgão e iam atrás das sex workers, mesmo quando era visível que de longe balançavam os braços em forma de “não”. Estacionavam o furgão mesmo se houvesse um carro de cliente a negociar, alegadamente para afugentá-lo. Ofereciam orações e distribuíam julgamentos, mesmo que não fossem pedidos: *mas você é jovem, o que está fazendo aqui na rua? É feio ficar aqui assim. Por que não vai distribuir uns currículos?*

Que realizar programas seja considerado “feio” por uma organização católica de viés salvacionista não é difícil de transpor para o contexto brasileiro. Mas esse caráter negativo está presente em debates italianos que se materializam em normativas. “Disorderly or simply ugly? Representations of the local regulation of street prostitution

in the Italian press and the policy implications” é justamente um dos trabalhos da socióloga e criminóloga Anna di Ronco (2017) para demonstrar a efetivação de políticas contrárias à realização do trabalho sexual nas ruas italianas.

A socióloga Tamar Pitch (2013) também utiliza a metáfora de decoro, para demonstrar o uso político deste termo, que passou a ser incorporado em debates sobre *decência* e *segurança*, regulamentando espaços públicos. Em 2008 decretos legislativos passaram a ampliar os poderes administrativos locais, que a partir daí poderiam efetuar normativas e maior controle em âmbito municipal, adotando medidas pelo *decoro urbano* e pela *segurança pública*. Nesse período proliferaram inúmeras normativas municipais banindo direta e indiretamente o exercício da prostituição nas ruas (GIOVANNETTI&ZORZELLA, 2010), o que contribuiu para o aumento do trabalho “*indoor*”. Essas normativas emanadas pelos Prefeitos previam regular uma série de atividades reconhecidamente exercidas por pessoas migrantes, e em seu maior número legislavam sobre a prostituição (SELMINI&CROCITTI, 2017). Algumas medidas foram consideradas inconstitucionais e revertidas, uma vez que a constituição italiana garante o exercício do trabalho sexual, sem criminalizar diretamente quem o realiza.

Segundo dados de 2018 do correspondente ao IBGE italiano, ISTAT – Istituto Nazionale di Statistica, os mercados do sexo mobilizariam cerca de 90 mil pessoas, cuja grande maioria feminina e mais da metade migrante¹². Contudo, nesse enquadramento, a prostituição aparecia como economia ilegal, não informal. Assim como no contexto brasileiro, não é ilegal realizar o trabalho sexual, mas há a criminalização de outras pessoas e locais que o favoreçam. Normativas contrastantes e práticas legais “híbridas” constituem uma forma específica de criminalização (SELMINI&CRAWFORD, 2017).

O modelo legislativo italiano no que se refere ao trabalho sexual, se baseia na Legge Merlin de 1956 e é caracterizado como abolicionista, de forma que não garante nenhuma tutela a quem o realiza. O contexto desta lei é peculiar e remonta à constituição italiana após à guerra findada em 1945. Era a proposta de uma senadora, a única mulher eleita e abertamente socialista, Angelina Merlin. A Lei Merlin previa o fechamento das casas de prostituição, consideradas *o símbolo máximo da exploração da mulher em uma cultura patriarcal* (BELLASSAI, 2006) – no contexto italiano, “patriarcal” parece o termo historicamente acertado. O tom da aprovação da Lei Merlin é o de conquista, por colocar fim à regulamentação da prostituição por parte do Estado, que por meio das *casas*

¹² Disponível em italiano em: <https://www.istat.it/it/files//2020/10/Economia-non-osservata-nei-conti-nazionali.pdf>. Acessado em 25 de agosto de 2022.

fechadas, coletava impostos e estabelecia protocolos sanitários. Havia quem considerasse o Estado como *o maior cafetão* nesse regime.

A discussão sobre “casas fechadas” italianas é relevante diante das discussões sobre regulamentação ou descriminalização tocadas pelas profissionais do sexo, em diversos contextos nacionais. Não parece haver consenso sobre quais caminhos trilhar, embora os movimentos costumem concordar em três pontos: combater o estigma, melhorar condições da realização da atividade e retirar o caráter criminalizante (que ocorre seja por meio de mecanismos legais, que de controle policial).

O coletivo italiano “Ombre Rosse” reúne profissionais do sexo, ativistas e pessoas aliadas e sempre responde de maneira coletiva, como estratégia para combater o estigma, que consideram advindo de diversos setores (incluindo feministas) como violência direta. Comentando o quadro legal italiano e seus efeitos criminalizantes, “Ombre Rosse” afirma:

formalmente não é ilegal trocar serviços sexuais por dinheiro, mas todas as atividades ligas a isso constituem crime. Se eu divido a casa com uma colega, por exemplo, corro o risco de ser denunciada por favorecimento, assim como corre o risco de ser incriminado quem aluga a casa pra mim. Este quadro legislativo nos obriga a mover necessariamente na economia informal, com todos os riscos correlatos. Por isso nosso objetivo a nível mundial é a descriminalização. A possibilidade de trabalhar sem riscos¹³.

Conectando enfim

Histórica e nacionalmente a cidade de Bolonha é reconhecida por ter tido inúmeros governos assumidamente comunistas, refletidos na ampla gama de serviços do terceiro setor da cidade. Se conecta também com o pioneirismo da cidade para tratar questões de gênero e sexualidade, sendo Cassero LGBTI+ Center¹⁴ e MIT exemplos nacionais de reconhecimento institucional no final dos anos 80.

Fundamental para a luta e consolidação do ativismo trans italiano é a figura pública de Porpora Marcasciano, cujo filme lançado em 2021¹⁵ acompanha sua trajetória desde seus estudos em sociologia nos anos 60. Por vezes, me via fazendo seu paralelo com a figura de Gabriela Leite, mulher cis que nos anos 80, flertando também com estudos sociológicos impulsionou o movimento brasileiro de prostitutas.

¹³ Disponível em italiano em: <https://ilmanifesto.it/emergenza-umanitaria-del-lavoro-sessuale>. Acessado em 25 de agosto de 2022.

¹⁴ Site disponível em italiano em: <https://www.cassero.it/>. Acessado em 25 de agosto de 2022.

¹⁵ Trailer disponível em italiano em: https://www.youtube.com/watch?v=1j_MUUm3BG4. Acessado em 25 de agosto de 2022.

Porpora foi presidenta do MIT quando comecei a frequentá-lo, tem uma postura calma, é budista, usa camiseta e um rabo de cavalo com cabelos brancos. Sua grande capacidade de articulação a alçou também a ser eleita como vereadora nas eleições de 2021, trabalhando atualmente na pasta “Pari Opportunità /Oportunidades Iguais” da Prefeitura da cidade de Bolonha. Também publicou uma série de livros, que trazem histórias narradas em primeira pessoa por ela e outras mulheres trans. Por meio de suas edições e reedições é possível reconstituir o histórico de lutas trans e seus livros constituem um registro quase único em um país cujo debate sobre gênero e sexualidade é bastante restrito e a visibilidade de pessoas trans limitada a certos ambientes.

O desenrolar histórico e os títulos de seus livros – “Tra le rose e le viole. La storia e le storie di transessuali e travestiti” (2002), “Favolose narranti. Storie di transessuali” (2008) e “L’aurora delle trans cattive. Storie, sguardi e vissuti della mia generazione transgender” (2018) – possibilitam também uma discussão identitária-terminológica, do tipo que propus neste artigo. Dentre as personagens dos livros, é comum encontrar histórias das brasileiras “travestis” e trans que viveram e atuaram no contexto italiano. Puta travesti e brasiliana constitui um entrelaçamento entre transexualidade, trabalho sexual e migração que foi muito mais, mas ainda está marcado no imaginário italiano e nos fluxos migratórios.

“Ci dispiace per le terfide” é uma frase que Porpora passou a utilizar depois de um episódio transfóbico na Universidade de Bolonha, no qual ela havia sido convidada a falar – em um contexto acadêmico no qual ações afirmativas e diversidade são impensáveis. A expressão poderia ser traduzida como *lamentamos pelas terfidas*, um trocadilho com a noção de “TERF” e a palavra pérfida, que igualmente funciona em português. Com a diferença que o termo TERF “Trans-Exclusionary Radical Feminist” é bastante conhecido e utilizado nos ativismos italianos feministas e “queer”. TERF costuma vir junto com SWERF “Sex worker-Exclusionary Radical Feminist”, termo que fui conhecer no contexto italiano e não ouvia amplamente nos debates brasileiros sobre prostituição.

Dentre outros significados, pérfida pode ser algo que trai, desleal a certos princípios fundantes, o que faz bastante sentido em termos do histórico de lutas feministas e “queer” também no contexto italiano. “Queer” é bastante incorporado sem críticas e usado por muitas pessoas em suas autodefinições, bem como qualificador do ativismo. Quanto à terminologia “sex worker”, é interessante pensar sua incorporação, por não demarcar gênero, podendo englobar as experiências também de homens cis e trans e de

pessoas não binárias no exercício do trabalho sexual. Da mesma forma que “profissional do sexo”, que é o termo utilizado na CBO brasileira.

É relevante notar que os sentidos ressignificados e com orgulho da palavra “puta” são raramente acionados no contexto italiano - por vezes o ouvi com a palavra “zoccola”. Mas foi se consolidando uma diferença significativa entre adotar “prostituzione” e “sex work”. Considerada uma polarização importada do debate no contexto dos estados unidos, essa forte dicotomia tem sido debatida, questionando sua eficácia em termos de alianças e formulação de políticas estratégicas (GEYMONAT&SELM, 2020).

Por fim, neste paper, entrelacei minha experiência no contexto italiano com a descrição e tradução de elementos da campanha “Nessuna da sola”, para adentrar as condições de realização do trabalho sexual. Busquei alterar o foco da análise para o próprio processo tradutório, não mais para as pessoas que realizam o trabalho sexual, pois são estas que têm suas práticas econômico-afetivo-sexuais constantemente questionadas, investigadas, criticadas e criminalizadas. Dessa forma, elaborei discussões metodológicas acerca das práticas etnográficas possíveis no contexto da pandemia e de alteração de objetivos de pesquisa. Se no contexto brasileiro eu conseguia estabelecer - e me empurravam para - um lugar relativamente distante, de alteridade em relação às pessoas com as quais eu faço etnografia desde 2012, no contexto italiano descobri que uma parte de mim, a “brasileira”, entra diretamente na forma de abordar as questões de análise.

Argumento, portanto, que discussões metodológicas são também epistemológicas, essencialmente políticas e que as escolhas de escrita etnográfica podem corroborar com projetos decoloniais. As dinâmicas de poder diversas em cada nação, que incluem a produção acadêmica local, sustentam escritas também diversas. Portanto, não somente a terminologia deve ser traduzida com atenção, mas comentar esse processo político da tradução torna-se fundamental. O que é possível traduzir e como? O que fazer com o que é intraduzível de imediato? Parafraseando o título de um artigo de Patricia Hill Collins (2017[1998]): o que se perde na tradução? Neste artigo, Collins discute a tradução, não terminológica, mas das discussões que inicialmente eram ativistas e comprometidas com objetivos de justiça social e igualdade, mas que entrando para debates acadêmicos foram perdendo os objetivos e as efetivas práticas emancipatórias originais.

Finalizo então com a charge do cartunista Zero Calcare, que agora também está acessível no contexto brasileiro por meio de uma série traduzida como *Linhas Cruzadas*. Zero Calcare é conhecido nos ativismos anarquistas e de esquerda italianos por fazer charges engajadas – como na ocasião de greves, durante a pandemia, por parte de

entregadores de comida, majoritariamente migrantes no contexto italiano, que trabalham em grandes corporações transnacionais por meio de aplicativos. Se aliou também à campanha “Nessuna da Sola”, realizando tal charge para impulsionar a arrecadação.



“dentre as categorias que nenhum decreto tutela estão as trabalhadoras sexuais, que estão entre as mais vulneráveis e impactadas pelo estado de emergência.

NENHUMA SOZINHA

Mas as pessoas não desaparecem mesmo se você não as nomear em uma coletiva de imprensa”

Referências Bibliográficas

- ABBATECOLA, Emanuela. (2018a) “Don’t call me a “Victim”! Migration projects and sexual exploitation of Brazilian travestis in Europe”. In Margherita A. (ed.), *Shaping Migration Between Europe and Latin America*, London, SAS Publications.
- _____. (2018b) *Trans-migrazioni: lavoro, sfruttamento e violenza di genere nei mercati globali del sesso*. Rosenberg&Sellier.
- AGUSTÍN, Laura M. (2005) “La industria del sexo, los migrantes y la familia europea” *Cadernos Pagu* (25).
- _____. (2007) *Sex at the Margins: Migration, Labour Markets and the Rescue Industry*. London & New York: Zed Books.
- ANDRIJASEVIC, Rutvica. (2021) “Forced labour in supply chains: Rolling back the debate on gender, migration and sexual commerce”. *European Journal of Women’s Studies*, 28(4):410-424.
- ANZALDÚA, Gloria. (1987) *Borderlands / La Frontera: the new mestiza*. San Francisco: Aunt Lute.
- BELLASSAI, Sandro. (2006) *La legge del desiderio. Il progetto Merlin e l’Italia degli anni Cinquanta*. Roma: Carocci Editore.
- BUTLER, Judith. (2009) *Frames of War*. London, New York: Verso.
- CAVALCANTI, Céu; BARBOSA, Roberta B.; BICALHO, Pedro Paulo G. (2018) “Os Tentáculos da Tarântula: Abjeção e necropolítica em operações policiais a travestis no Brasil pós-redemocratização”. *Psicologia: Ciência e Profissão* - v. 38.
- CARCHEDI, Francesco; STRIDBECK, Ulf e TOLA, Vittoria. (Orgs.) (2008) *Lo zoning possibile. Governance della prostituzione e della tratta delle donne. Il caso di Venezia, Stoccolma ed Amsterdam*. Milano, Franco Angeli.
- COLLINS, Patricia Hill (2017[1998]). “Se perdeu na tradução? Interseccionalidade e Política Emancipatória”. In: *Revista Parágrafo*, v.5, (1), pp.6-17.
- CROCITTI, Stefania e SELMINI, Rossella (2017) “Controlling Immigrants: The Latent Function of Italian Administrative Orders. In: *European Journal on Criminal Policy and Research*, n.23. pp. 99-114
- CROWHURST, Isabel. ‘We Should Tax Sex Workers to Fund Subsidies for Families’: Shifting Affective Registers and Enduring (Sexual) Norms in the Italian Northern League’s Approach to Prostitution.
- DI RONCO, Anna (2017) “Disorderly or simply ugly? Representations of the local regulation of street prostitution in the Italian press and the policy implications”. *International Journal of Law, Crime and Justice*.
- FAVERO, Sofia. (2020) “Por uma ética pajubariana: a potência epistemológica das travestis intelectuais”. *Equatorial – Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social*, v. 7, n. 12, p. 1-22, 27 fev.
- GEYMONAT, Giulia G. G. (2014) *Vendere e comprare sesso*. Bologna: Editrice Il Mulino.
- GEYMONAT, Giulia e MARCHETTI, Sabrina. (2019) “La migrazione fa bene alle donne? Il nesso genere-migrazione e la riproduzione sociale in una prospettiva globale. In: *Iride*, a. XXXII, n. 86, gennaio-aprile. pp 115-128.

- GEYMONAT**, Giulia e **SELMI**, Giulia. (2020) “Feminist engagements with sex work. Imported polarisations and a ‘feminist alliance’ model in jeopardy”. *Rassegna Italiana di Sociologia*, a LX, n.4, ott.-dic. pp 211-231.
- GIOVANNETTI**, Monia & **ZORZELLA** Nazzarena. (2010). “Lontano dallo sguardo, lontano dal cuore delle città: la prostituzione di strada e le ordinanze dei sindaci”. *Mondi Migranti*, 1: 47-82
- GUPTA** Akhil; **FERGUSON**, James (2000[1992]) “Mais além da ‘cultura’: espaço, identidade e política da diferença”. In: ARANTES, A. A. (org.). *Espaço da Diferença*. Campinas: Ed. da Unicamp,
- KEMPADOO**, Kamala; **DOEZEMA**, Jo. (1998) *Global Sex Workers: Rights, Resistance, and Redefinition*, New York, Routledge.
- MARCASCIANO**, Porpora (2002) *Tra le rose e le viole. La storia e le storie di transessuali e travestiti*. Roma: Manifestolibri.
- _____. (2008) *Favolose narranti. Storie di transessuali*. Roma: Manifestolibri
- _____. (2018). *L’aurora delle trans cattive. Storie, sguardi e vissuti della mia generazione transgender*. Roma: Alegre.
- MASSARI** Massari M. (2009). “The other and her body: Migrant prostitution, gender relations and ethnicity”. *Cahiers de l’Urmis*.
- NASCIMENTO**, Silvana (2019). “O corpo da antropóloga e os desafios da experiência próxima”. *Revista De Antropologia*, 62(2), 459 - 484.
- PATRIARCA** Letizia. Pelo bairro: um exercício descritivo da prostituição de travestis no Jardim Itatinga. In: *Ponto urbe*, v.1, 2017.
- _____. “Donas de casa, de prostituição: sobre as violências decorrentes da criminalização dos contextos destas práticas. In: *Revista de Estudos Empíricos em Direito*, v.5, n.3, 2019.
- _____. “‘Às vezes é uó, mas às vezes é bom’: notas sobre experiências travestis na prostituição”. In: *Marcadores Sociais da Diferença: gênero, sexualidade, raça e classe em perspectiva antropológica*. São Paulo: Terceiro Nome – Editora Gramma, 2018.
- PELÚCIO**, Larissa. (2005a) “Na noite nem todos os gatos são pardos. Notas sobre a prostituição travesti.” *Cadernos Pagu* (25), julho-dezembro, pp. 217-248.
- _____. “(2005b) ‘Toda Quebrada na Plástica’ – Corporalidade e construção de gênero entre travestis paulistas”. *Campos* (6), pp. 87-112.
- PESARINI**, Angelica; **TINTORI**, Guido. (2020) “La grammatica dela razza”. *Zapruder* n.52 (mag-sett).
- PISCITELLI**, Adriana; **TEIXEIRA**, Flavia do B. (2010) “Passi che risuonano sui marciapiedi: la migrazione delle transgender brasiliane verso l’Italia”. *Mondi Migranti*, pp. 135-151.
- PITCH**, Tamar. (2013) *Contro il decoro: l’uso politico dela pubblica decenza*. Roma: Laterza
- QUASSOLI**, Fabio; **COLOMBO**, Monica. (2012) “Professione mediatore: alcune considerazioni sulla mediazione linguistico-culturale”, *Mondi migranti*, 1, pp.79-95.
- RICCIO**, Bruno (2005) Exploring Senegalese translocal spaces. Reflections on a multi-sited research. In: Problems and Possibilities in Multi-sited Ethnography Workshop, 27-28 June 2005, University of Sussex.
- SANTOS**, Betania et all (2021) "Sex Work, Essential Work: A Historical and (Necro)Political Analysis of Sex Work in Times of COVID-19 in Brazil," *Social Sciences*, MDPI, Open Access Journal, vol. 10(1), pages 1-20, December.
- SELMINI**, Rossella. & **CRAWFORD**, Adam. 2017. “The renaissance of administrative orders and the changing face of urban social control”. In: *Eur. J. Crim. Policy Res*, v.23 (1), pp.1-7.
- SERUGHETTI**, Giorgia. (2019) “Superare la Merlin”: prostituzione, discorso pubblico e azione legislativa, *Notizie di Politeia*, Anno XXXV, n. 133, pp. 198-216.
- _____. (2013). Uomini che pagano le donne. Dalla strada al web, i clienti nel mercato del sesso contemporaneo. Roma: Ediesse.
- SPIVAK**, Gayatri C. (1988) Can the subaltern speak?
- _____. (1993) “The Politics of Translation. In *Outside in the teaching machine*, London / New York: Routledge, pp. 179-200.
- TEIXEIRA**, F.B. 2008 “‘L’Italia dei divieti’: entre o sonho de ser europeia e o babado da prostituição”. In: *Cadernos Pagu* (31), pp.275-308.
- VERGUEIRO**, Viviane. (2016) “Pensando a cisgeneridade como crítica decolonial”. In: MESSÉDER, S., CASTRO, M.G., and MOUTINHO, L., orgs. *Enlaçando sexualidades: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero*. Salvador: EDUFBA.
- VESCE**, Carolina e **GRILLI**, Simonetta. (2019) “Etnografia della presa in carico di richiedenti e rifugiate trans a Bologna. Note preliminari.” In F. D.Ferrari (a cura di), *Europa come rifugio? La condizione di rifugiato tra diritto e società* Siena: Betti. pp. 171-184.